

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006652-11.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
 Requerente: **Antonio Carlos Tadiello**
 Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido móveis planejados com o compromisso de fazer o pagamento respectivo mediante financiamento obtido junto aos réus.

Alegou ainda que após a satisfação da sétima prestação soube que o estabelecimento com quem contratou havia fechado e após diversas diligências firmou acordo com a Itálínea Indústria de Móveis Ltda., por intermédio do qual ela se comprometeu a quitar o contrato de financiamento.

Salientou que mesmo assim permaneceu inserido perante órgãos de proteção ao crédito indevidamente.

O réu **BANCO SANTANDER S/A** é revel.

Citado regularmente (fl. 48), não ofertou contestação (fl. 91) e tampouco justificou sua inércia, o que torna aplicável ao caso a regra do art. 20 da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Por outro lado, as preliminares arguidas pela ré **AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A** não merecem acolhimento.

Sua ligação com os fatos noticiados é evidente porque figurou como beneficiária dos pagamentos a que se obrigou o autor (fl. 35) e, como se não bastasse, levou a cabo sua negativação (fl. 46).

O processo outrossim é claramente útil e necessário para a finalidade buscada pelo autor, não estando ele obrigado a diligenciar previamente perante os réus a solução do problema; está presente, portanto, o interesse de agir.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, positivou-se que o autor adquiriu móveis planejados, cujo pagamento se implementou por financiamento obtido junto aos réus.

Os móveis não foram entregues, comprometendo-se então a Italínea Indústria de Móveis Ltda. a quitar o financiamento (havia algumas prestações inadimplidas precisamente depois que o autor soube do fechamento da loja com quem negociara), na esteira do documento de fl. 25.

É relevante assinalar que os réus sequer se pronunciaram sobre essa transação, não negando que ela aconteceu ou que não se teria concretizado.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe a convicção de que inexistia amparo para a manutenção da negativação do autor.

Mesmo que ela seja tida por legítima num primeiro momento, deixou de sê-lo a partir da quitação do financiamento então em aberto porque com essa providência – não refutada pelos réus, repita-se – a sua pronta exclusão era imprescindível.

Como os fatos assim não se desdobraram, conclui-se que a negativação se tornou irregular e isso basta para a configuração de dano moral passível de ressarcimento, de acordo com pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; Resp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Nem se diga que o autor ostentaria outras negativas que alterariam o quadro delineado.

As apontadas a fl. 46 são em pequeno número e permaneceram ativas por curto espaço de tempo (já estavam inclusive excluídas quando dos fatos aqui discutidos), não afetando a possibilidade do autor fazer jus à indenização pleiteada.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Por fim, a postulação para declaração de venda casada ou de prática abusiva na contratação do financiamento carece de subsídio na medida em que essa modalidade de pagamento é largamente utilizada e atende interesses do próprio consumidor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 36/37, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 09 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**